

## RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

### CONGRESSO NACIONAL

#### Sessão Deliberativa – 11/07 – 15h - Plenário da Câmara dos Deputados

Está prevista Sessão Deliberativa semipresencial para a apreciação de vetos e a votação de PLNs (orçamento). Destaques para:

**VET 46/2021** – Veto parcial apostado ao PL 2.108/2021 (nº 2.462/1991, na Câmara dos Deputados), em relação à Lei de Segurança Nacional e Crimes contra o Estado Democrático de Direito.

**Resultado:** Sessão realizada. Foram votados os PLNs na terça-feira, e na quinta-feira alguns vetos foram deliberados. No entanto, o VET 46/2021, que trata da Lei de Segurança Nacional e Crimes contra o Estado Democrático de Direito, não foi deliberado.

### SENADO FEDERAL

#### Plenário – 13/07, às 16h

Nesta semana, o Plenário do Senado Federal fará sessão deliberativa apenas na quarta-feira, para a apreciação e deliberação exclusiva das seguintes Medidas Provisórias, que aguardam sua leitura em plenário:

- **MP 1.107/2022**, que institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios.

- **MP 1.111/2022**, que abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.200.000.000,00 para o fim que especifica (subvenção Econômica em Operações no âmbito do PRONAF).

Resultado: O Plenário do Senado aprovou o texto da Câmara dos Deputados da MP 1.107/2022, que institui o Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores - SIM Digital e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, para estabelecer medidas de estímulo ao empreendedorismo popular e à formalização dos pequenos negócios. A matéria vai à sanção presidencial.

Também foi aprovado o texto original da MP 1.111/2022, que abre crédito extraordinário em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 1.200.000.000,00 para o fim que especifica (subvenção Econômica em Operações no âmbito do PRONAF). Neste caso, a matéria vai à promulgação.

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 12/07, às 14h.

A princípio, o plenário da Câmara dos Deputados irá realizar sessão deliberativa apenas nesta terça-feira, 12/07/2022, para a votação de duas PECs:

- **PEC 15/2022 (com o texto da PEC 1/2022 apensado)**, que altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis;
- **PEC 11/2022**, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta, mediante acordo de líderes.

**Resultado:** A Câmara dos Deputados aprovou a PEC 11/2022, que institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. A matéria vai à promulgação.

Também restou aprovada, com alterações, a PEC 15/2022 (com o texto da PEC 1/2022 apensado), que altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis. A matéria segue para sua promulgação.

Outra PEC também foi aprovada, a PEC 39/2021, que acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 105 da Constituição Federal e renumera o parágrafo único para instituir, no recurso especial, o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional. A matéria também vai à promulgação.

**GT do novo Código de Processo Penal (CPP) - 12/07 – 10h – Plenário 05**

Apreciação das emendas ao Substitutivo do Relator, item "k" do Roteiro de Trabalho.

**Tema - A:** Cooperação Jurídica Internacional e Disposições Finais e Transitórias;

Livro V - Da Cooperação Jurídica Internacional - art. 749 e seguintes.

**Tema - B:** Prisão em Segunda Instância;

Título V - Dos Recursos em Geral - arts. 534, 598 e outros relacionados.

**Tema - C:** Audiência de Custódia;

Capítulo I - Da Prisão Provisória - §§ do art. 606 e demais relacionados.

Deputado João Campos (Republicanos/GO);

Relator Deputada Margarete Coelho (PP/PI) – Coordenadora.

**Resultado:** Reunião não realizada.

**Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado – 12/07 –  
13h - Plenário 06**

**PL 6.314/2019**, que acrescenta dispositivos na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 - Lavagem

de Dinheiro, na Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento, e na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Lei Antidrogas.

O relator, Deputado Aluisio Mendes (PSC/MA), apresentou parecer pela rejeição deste e do PL 3838/2020 apensado.

**Resultado:** Aprovado o parecer do relator, pela rejeição da proposição.

**PL 1.395/2021**, que acrescenta o §3º ao artigo 3º e os artigos 15-A, 21-A, 21-B, 25-A e 25-B à lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Lei de Combate às Organizações Criminosas).

O relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), apresentou parecer pela aprovação.

**Resultado:** O item foi retirado de pauta.

**PL 2.821/2021**, que dispõe sobre a concessão de anistia aos agentes de segurança pública do estado de São Paulo processados ou punidos por condutas decorrentes da ação para a contenção da rebelião na Casa de Detenção de São Paulo (conhecida como Carandiru), ocorrida em 02 de outubro de 1992.

O relator, Deputado Sargento Fahur (PSD/PR), apresentou parecer pela aprovação.

**Resultado:** Não deliberado.

**Comissão de Constituição e Justiça – 12/07, às 13h e 13/07 e 14/07, às 9h -  
Plenário 01**

**PL 4.895/2020**, que altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 para criar o crime de “Intimidação violenta”.

A relatora, Deputada Margarete Coelho (PP/PI), apresentou parecer pela aprovação, com substitutivo.

**Resultado:** Não deliberado.

**Comissão de Seguridade Social e Família - 13/07 – 9h – Plenário 07**

**PL 2.857/2019**, que altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer aumento da pena ao crime de aliciamento de crianças e adolescentes pelo uso de aplicativo de comunicação via internet.

A relatora, Dep. Dulce Miranda (MDB-TO), apresentou parecer pela aprovação deste, com substitutivo.

**Resultado: Não deliberado.**

<b>Comissão de Cultura - 13/07 – 15h30 – Plenário 10</b>
--

Está prevista Audiência Pública para debater sobre o tema: Sítio arqueológico Cais do Valongo; Centro de Pesquisa e Acervos em RJ.

Convidados:

- 1- Tania Andrade Lima - Arqueóloga. Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Comitê Científico do Quilombo Pedra do Sal;
- 2- Damião Braga Soares dos Santos, quilombola e consultor que das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no antigo trapiche da Pedra do Sal e Presidente do Conselho Diretor da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal - ARQPEDRA e membro do Comitê Gestor Patrimônio Mundial Sítio Arqueológico Cais do Valongo e sua Zona de Amortecimento;
- 3- Flávia Carolina - Antropóloga e membro do Comitê Científico do Quilombo Pedra do Sal;
- 4- José Antônio Ventura - Presidente da Federação Nacional de Associações Quilombolas - FENAQ;
- 5- Isabel de Paula, Representante Unesco;
- 6- Jaime Mitropoulos, Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro;**
- 7- Fátima Malaquias, Presidente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (COMDEDINE-RIO);
- 8- Gustavo Guerrante, Presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP);
- 9- Laura Di Blasi, Presidente do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH);
- 10- Jorge Adolfo Freire e Silva, Coordenador Executivo de Promoção da Igualdade Racial; e

11- Humberto Adami Santos júnior, Advogado, Membro do Comitê Científico do Quilombo Pedra do Sal.

**Resultado:** Reunião realizada.

<b>Comissão de Educação - 15/07 – 9h – Plenário 10</b>
--

Está prevista Audiência Pública para debater sobre o tema: Programa Bolsa Permanência para alunos indígenas e quilombolas.

Convidados:

- 1 - Representante do Ministério da Educação – MEC;
- 2 - **Representante do Ministério Público Federal – MPF;**
- 3 - Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES;
- 4 - YURI MICHAEL PEREIRA COSTA - Defensor Público Federal, representando o Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União na Região Nordeste;
- 5 - GERSEM BANIWA - Representante do Fórum Nacional da Educação Escolar Indígena – FNEEI;
- 6 - GIVANIA SILVA - Representante da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – CONAQ.

**Resultado:** Reunião cancelada.